



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.851-A, DE 2016

(Do Senado Federal)

PLS nº 432/2014
Ofício (SF) nº 307/2016

Dispõe sobre a avaliação e o monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet; tendo parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (relator: DEP. LUIS MIRANDA).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE:
CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:
- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a avaliação e o monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet.

Art. 2º Os resultados da avaliação e do monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet serão apresentados com periodicidade máxima de 1 (um) ano pelos órgãos públicos competentes.

§ 1º Os resultados de que trata o **caput** serão amplamente divulgados na internet.

§ 2º Em cada ciclo de avaliação e monitoramento, serão propostas políticas públicas e planos de investimento para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas estabelecidas.

§ 3º A cada 2 (dois) anos, as comissões competentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal realizarão, alternadamente, avaliações sobre a execução das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet com o objetivo de aferir o cumprimento das metas estabelecidas.

Art. 3º Serão realizadas conferências nacionais de comunicação a cada 4 (quatro) anos, precedidas de conferências distritais e regionais, com o objetivo de avaliar a execução das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet e de subsidiar a revisão de suas ações e metas para o período subsequente.

Art. 4º Será garantida a participação permanente das entidades representativas da sociedade civil na avaliação e no monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet, bem como na revisão de suas metas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.851, de 2016, apresentado pelo nobre Senador Anibal Diniz, dispõe sobre a avaliação e o monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet.

A proposição visa à promoção de um contínuo monitoramento e avaliação das condições de acesso à internet, de forma a que as metas estabelecidas para uma boa qualidade deste acesso sejam garantidas e revisadas quando necessário.

A matéria foi distribuída para a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para análise e apreciação de mérito, e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise quanto aos pressupostos de admissibilidade relativos àquela Comissão. Nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, foi aberto o prazo de cinco sessões para a apresentação de emendas à matéria. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas. A matéria já foi relatada anteriormente na CCTCI pelos Deputados JHC e Fábio Reis,

que apresentaram pareceres com os quais concordamos e pedimos vênia para sua reapresentação, com pequenas modificações.

Cabe, regimentalmente, a esta Comissão manifestar-se sobre o projeto de lei em epígrafe, sob a ótica do que prescreve o inciso III do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

II - VOTO DO RELATOR

Ao longo dos últimos tempos, a internet tem, cada vez mais, alcançado níveis de essencialidade tanto em aspectos pessoais, quanto nas atividades de trabalho da maior parte da população brasileira. Muitos negócios têm migrado dos tradicionais campos físicos para as realidades virtuais, trazendo economia, praticidade e agilidade.

Mesmo nas relações com o Poder Público, a internet também vem garantindo maior espaço, com uma prestação de serviços públicos mais adequada às realidades do nosso tempo. Assim, por exemplo, marca-se atendimento nas agências do Seguro Social, efetua-se transações comerciais e bancárias e pode-se adquirir entradas para sessões de cinema ou para eventos esportivos e culturais.

A tendência é de uma utilização cada vez mais intensa da rede mundial e, portanto, nossas políticas públicas precisam levar em consideração um acesso de qualidade e em conformidade com as melhores práticas verificadas em todo o mundo.

O Projeto de Lei que analisamos, da lavra do nobre Senador Anibal Diniz, preocupa-se com esta questão, ao propor uma sistemática de contínua avaliação e de permanente monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet. Sua Excelência define periodicidade de um ano para divulgação de dados referentes ao monitoramento e avaliação destas políticas públicas, por parte dos órgãos competentes, além de uma revisão pelas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a cada dois anos. Por fim, estabelece que a cada quatro anos devem ser realizadas conferências distritais, regionais e nacionais com o objetivo de avaliar a execução das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet e de subsidiar a revisão de suas ações e metas para o período subsequente.

Além disso, a proposição também garante a participação permanente das entidades representativas da sociedade civil na avaliação e no monitoramento das políticas de acesso à rede mundial de computadores.

Não resta a menor dúvida que, para o desenvolvimento contínuo da sociedade brasileira, o acesso à internet precisa ser garantido com requisitos de boa qualidade e preço justo. Por toda a relevância que este acesso apresenta, consideramos a iniciativa em análise bastante meritória e oportuna. Ao buscarmos este acompanhamento e contínua correção de rumos, estaremos garantindo para toda a população um ambiente equilibrado para a realização de atividades profissionais e pessoais.

Da mesma forma que o Senado Federal analisou a proposta e concluiu por sua aprovação, também entendemos que o caminho a ser adotado aqui na Câmara dos Deputados deva ser o do acolhimento da proposta na forma em que nos foi enviada.

Por todo o exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 4.851, de 2016.

Sala da Comissão, em 27 de setembro de 2019.

Deputado LUIS MIRANDA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 4.851/2016, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Luis Miranda.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Félix Mendonça Júnior - Presidente, Márcio Jerry e Angela Amin - Vice-Presidentes, Carlos Chiodini, Cezinha de Madureira, Daniel Trzeciak, David Soares, Fabio Reis, General Peternelli, Gustavo Fruet, Hélio Leite, Luiza Erundina, Margarida Salomão, Roberto Alves, Rodrigo Agostinho, Sâmia Bomfim, Ted Conti, Vinicius Poit, Vitor Lippi, Zé Vitor, Alencar Santana Braga, Capitão Wagner, Carlos Jordy, Dr. Frederico, Felipe Rigoni, Gilberto Abramo, JHC, Laercio Oliveira, Luis Miranda, Marco Bertaiolli, Paulo Eduardo Martins, Rodrigo de Castro, Tabata Amaral e Tiago Dimas.

Sala da Comissão, em 9 de outubro de 2019.

Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR
Presidente

FIM DO DOCUMENTO